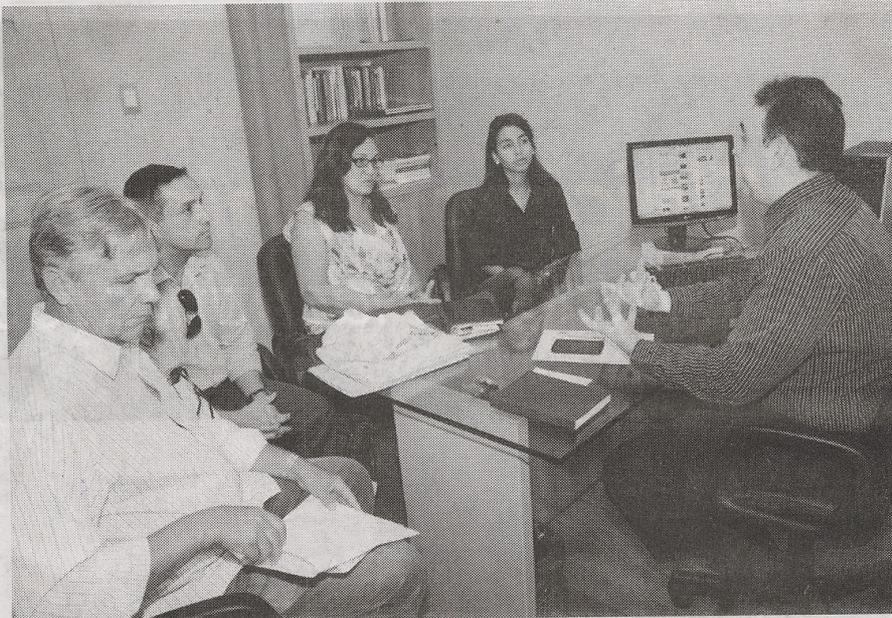




ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A7 GERAL
Data: 29/09/2012



LINDIVALDO RIBEIRO/CS

■ Representantes do Participe.Aju estiveram na sede da OAB/Sergipe para buscar alternativas

Aracaju. Segundo Vera, na votação aprovada recentemente, a maioria dos vereadores teria rejeitado a proposta sugerida pelo grupo.

“Propomos que houvesse o limite máximo de Índice 3, que equivale que é possível construir até 3 vezes mais a área de um terreno. Muitos vereadores seguiram o argumento que isso atrapalharia a habitação popular. É uma inverdade porque a Lei Federal permite que um terreno de habitação popular deve ter 125 metros quadrados, e mesmo com índice mínimo de 1, permitiria construir uma casa nessa metragem. Eles usam o argumento contrário dentro da Câmara para justificar votos espúrios. Consideramos isso muito grave”, esclarece.

Diante disso, Vera afirma que o grupo acredita que é preciso entrar com uma Ação para que a aprovação não seja feita. “Alguns vereadores alegam

também que as Dunas em uma determinada altura simbolizam um ‘carrinho de areia no chão’. São inverdades utilizadas para justificar votos que contrariam interesses da população e da sociedade. Estamos preocupados para pensar quais estratégias podem ser feitas para reverter esse dano grande em Aracaju. Queremos mover a Ação o mais rápido possível. Ninguém melhor que a OAB para orientar”, pontua.

Vera comenta ainda que a intenção do Participe.Aju é somar esforços e contribuir na elaboração de um melhor Plano Diretor para a capital sergipana. “Não podemos ficar omissos diante das irregularidades. O grupo foi criado por pessoas das áreas técnicas e conselhos, para dar uma contribuição técnica e construir propostas juntos. Afinal, a Câmara de Vereadores é a casa do povo”, diz.

• Preocupação

Para o vereador Emerson Ferreira, que acompanhou a visita do Participe.Aju à OAB/SE, a legalidade do processo legislativo é fato preocupante, e que pode prejudicar a votação do Plano Diretor.

“O aspecto do mérito e conteúdo da votação é de fundamental importância para discutirmos e termos a avaliação do cidadão se teremos um Plano Diretor Cidadão ou Especulativo. Me preocupa a legalidade do processo legislativo porque estão acontecendo coisas que não concordamos. Desde o ano passado, a grande maioria dos vereadores deseja que a votação aconteça. Tivemos recesso, retornamos aos trabalhos, abrimos as sessões e o Plano não era colocado para votar. Precisamos colocar para a sociedade o que está sendo aprovado na Câmara”.